

ATA NÚMERO 236/XII/4.ª SL

04.março.2015 – 10h00

Aos 04 dias do mês de março de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição do Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, por requerimento do Grupo Parlamentar do PS, para que preste esclarecimentos sobre as afirmações por si proferidas acerca das fiscalizações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a associações desportivas e clubes no centro do país, tendo nestas sido identificadas inúmeras situações de ilegalidade – 10h00

5. Petição n.º 455/XII/4ª da iniciativa da Associação de Professores de Matemática “Solicitam a suspensão da implementação do Programa de Matemática A do Ensino Secundário homologado em janeiro de 2014”.

- **Análise votação do parecer**
- **Deputado relator:** João Prata - PSD

6. Petição n.º 472/XII/4ª da iniciativa de Maria de Fátima Marques Carvalho, Solicitam a criação, para os docentes em regime de monodocência que iniciaram funções em 1978/1979 e 1979/1980, de um regime de aposentação igual ao previsto na Lei n.º 77/2009, de 13 de agosto

- **Nota de admissibilidade**
- **Deputado relator:** PS

7. Projeto de Resolução n.º 1280/XII/4 (PSD e CDS/PP) que Recomenda ao Governo a criação de mecanismos que assegurem o pagamento atempado dos contratos para a prestação de serviço público de educação às escolas do ensino particular e cooperativo

- **Discussão**

8. Plano de atividades do Grupo de Trabalho da Ciência para a 4ª sessão legislativa

- **Apreciação**

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

10 de março de 2015

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Presidente comunicou que a apreciação do ponto 8 - Plano de Atividades do Grupo de Trabalho da Ciência para a 4.ª sessão legislativa - passaria para a reunião seguinte da Comissão, pelo facto de o mesmo não ter sido ainda consensualizado pelo Grupo de Trabalho.

Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

2. Aprovação de ata

A ata n.º 235, relativa à reunião de 24 de fevereiro último, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1. O Sr. Presidente comunicou que baixou à Comissão o [Projeto de Lei n.º 792/XII \(PS\) - 1.ª alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro \(Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior\), reforçando a gestão democrática das instituições](#). A apresentação desta iniciativa será efetuada na reunião de 17 de março e a apreciação do parecer, da responsabilidade do PSD, foi agendada para o dia 24 do mesmo mês.
- 3.2. Transmitiu ainda que, na sequência da indisponibilidade manifestada pela Comissão para agendar a audição do Secretário de Estado da Cultura para o dia 28 de abril, foi sugerida a data de 5 de maio, às 15h00, tendo a mesma sido aceite por todos os presentes.
- 3.3. O Sr. Presidente deu conta de um convite do Instituto Nossa Senhora da Encarnação - Externato Cooperativo da Benedita dirigido à Comissão, para que um Deputado de cada Grupo Parlamentar possa estar presente na sessão inaugural da Semana Cultural do Externato, por ocasião do 50.º aniversário daquela instituição, que se encontra agendada para o dia 8 de abril de 2015, pelas 16h00.
- 3.4. Referiu-se ainda ao 55.º Congresso ERSA (European Regional Science Association), que decorrerá em Lisboa, de 25 a 28 de agosto de 2015 e que deverá contar com cerca de 800 participantes, sublinhando a necessidade de os grupos Parlamentares indicarem os Deputados que pretendem estar presentes na sessão que decorrerá na Assembleia da República, no dia 28 de agosto, para a qual se encontram confirmadas as presenças da Comissária Europeia, Corina Cretu, e do Ministro Poiares Maduro.

Recordou, por último, que a Comissão deu anteriormente parecer favorável em relação à organização de uma sessão do Congresso na Assembleia da República, tendo realçado a necessidade de um espaço de intervenção dos Grupos Parlamentares.
- 3.5. Lembrou ainda que se encontram agendadas, para o próximo dia 9 de março, as visitas do Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário ao Agrupamento de Escolas Josefa de Óbidos, em Óbidos (11h00 às 13h00), e ao Agrupamento de Escolas da Apelação (15h00 às 17h00), tendo solicitado aos Deputados que tenham interesse em participar que procedam à indicação junto dos serviços da Comissão.
- 3.6. Fez referência, por último, à audição do Presidente da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), na sequência do requerimento aprovado na anterior reunião, propondo a data de 18 de março, conforme disponibilidade do Presidente FPF. O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) comunicou que se encontra em missão no estrangeiro, nessa data, pelo que foi deliberado contactar a Federação para tentar encontrar uma nova data.

4. Audição do Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, por requerimento do Grupo Parlamentar do PS, para que preste esclarecimentos sobre as afirmações por si proferidas acerca das fiscalizações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a associações desportivas e clubes no centro do país, tendo nestas sido identificadas inúmeras situações de ilegalidade – 10h00

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) começou por agradecer a presença do Presidente do Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol (SJPF) e após um breve enquadramento da temática e a apresentação de alguns dados, considerou que o número de jogadores em situação irregular é assustador. Mencionou que os clubes e as associações desportivas têm ao seu serviço um conjunto de atletas provenientes de países como o Brasil, Nigéria, Cabo Verde, etc., que entram em Portugal pela mão de supostos intermediários, ficando muitos deles, no final, em situação de miséria, pelo que solicitou informações mais detalhadas em relação a estas situações.

O Sr. Presidente do SJPF começou por referir que o Sindicato tem denunciado estes problemas, cumprindo com aquela que é a sua função e procurando minorizar a situação destes atletas. Afirmou que há um conjunto de intermediários que fazem negócios à custa destes jovens, entendendo que é necessário responsabilizar também aqueles que pactuam com esta situação. Segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), deverão encontrar-se nesta situação cerca de 1500 atletas, sendo que apenas em situação limite é que os atletas denunciam a situação, por receio de represálias e de não voltarem a ter oportunidades no mundo do futebol.

Referiu-se ainda ao fenómeno dos resultados combinados (match-fixing), salientando que se procuram estes jogadores fragilizados ou os que têm salários em atraso para manipular jogos de futebol. Anunciou, por fim, a entrega de um dossiê de documentação para distribuição pelos Senhores Deputados.

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) considerou que este assunto preocupa a todos, pela dimensão que assume, considerando importante a valorização da ação do SEF, que revela que as instituições funcionam. Referiu-se à legislação e às sanções que estão previstas e à intenção da Federação Portuguesa de Futebol (FPF) de alterar os regulamentos e perguntou se será suficiente efetuar estas alterações ou se se deveria ir mais longe. Questionou ainda sobre as alterações da FIFA relativamente aos agentes desportivos e terminou, questionando sobre o que pode o Parlamento fazer no sentido de evitar estas situações.

O Sr. Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) saudou a iniciativa do PS e agradeceu a pronta disponibilidade do Presidente do SJPF. Relativamente ao tráfico de jogadores, lembrou que tem uma dupla vertente: por um lado a lei penal proíbe o tráfico de seres humanos, sendo que o Estado está a atuar e que existem mecanismos que permitem punir os infratores. Por outro lado, existem as questões internas do mundo do futebol, que potenciam fenómenos como este ou como o match-fixing. Colocou, de seguida, algumas questões, nomeadamente sobre se entende que se trata de macrocefalia, que causa a fragilidade dos clubes, e ainda sobre as diligências que estão a ser tomadas pela Liga para combater este fenómeno. Perguntou também se este assunto exigiria uma reflexão mais profunda por parte da Liga e da FPF, se as alterações aos regulamentos ou às sanções poderão ajudar a resolver o problema e ainda sobre a forma como o SJPF tencionam atuar no terreno, face aos casos detetados.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a presença e considerou que a situação exposta é preocupante e exige uma intervenção urgente, sublinhando a situação dramática que vivem muitos jovens, que saem do seu país para fugir à miséria e acabam por não encontrar condições dignas em Portugal. Lembrou que o tráfico de seres humanos é um negócio altamente lucrativo e que o Estado tem obrigação de prevenir estas situações e de proteger estes cidadãos, por estarem em causa os seus direitos fundamentais. Terminou, perguntando se o Sindicato tem conhecimento do que acontece a estes jovens que não têm autorização de residência, se regressam ao seu país e em que condições. Questionou ainda sobre a ação dos clubes nestas situações, sobre o número de jovens envolvidos e ainda sobre a situação dos salários em atraso.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) referiu-se à questão dos resultados combinados (match-fixing) e solicitou a posição do Presidente do Sindicato relativamente às apostas *online*, considerando que vão permitir potenciar esse risco à máxima capacidade.

O Sr. Deputado António Cardoso (PS) cumprimentou o Sr. Presidente do SJPF e questionou-o sobre a pertinência de envolver também, nesta reflexão, representantes dos treinadores de futebol, dado o papel pedagógico que podem ter. Referiu-se também à hipocrisia que se vive neste momento no futebol, dado que existe um regulamento da Federação que exige a apresentação dos documentos dos atletas, pelo que as associações desportivas devem ser as primeiras a ser responsabilizadas, em caso de falsificações.

Em resposta às questões colocadas, o Sr. Presidente do SJPF considerou que o SEF tem pistas para seguir estes casos até às últimas consequências, lembrando que muitos dos intermediários apresentam sinais de riqueza evidentes, pelo que importa perceber de onde resulta esse enriquecimento. Na sua opinião, as alterações da FPF serão insuficientes para resolver o problema. Esclareceu que estas situações não se restringem ao futebol profissional, lembrando que a Comissão pode solicitar dados estatísticos relativamente aos jovens estrangeiros inscritos nos clubes. A este respeito, mencionou que os presidentes dos clubes devem perceber a proveniência dos jovens e as condições em que os mesmos chegam a Portugal e fez alusão ao expediente a que recorrem alguns clubes deficitários, através de contratos paralelos e ilegais.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Terminou, reafirmando que a situação é grave e que o Sindicato tem procurado agir, cumprindo a sua função: identificar os casos, fazer o diagnóstico da situação, dar apoio aos atletas e dar o seu contributo no plano regulamentar e legislativo.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) solicitou que, face às informações prestadas e às notícias públicas de crimes, e sem prejuízo da audição à FPF já aprovada, a Comissão possa efetuar uma reflexão mais aprofundada sobre este problema e ponderar a tomada de outras diligências neste âmbito, ao que o Sr. Presidente da Comissão respondeu que poderão ser efetuadas as discussões que os Grupos Parlamentares entenderem.

A audição foi gravada em registo áudio e vídeo, encontrando-se as gravações disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

5. Petição n.º 455/XII/4ª da iniciativa da Associação de Professores de Matemática “Solicitam a suspensão da implementação do Programa de Matemática A do Ensino Secundário homologado em janeiro de 2014”.

O Sr. Deputado João Prata (PSD) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

6. Petição n.º 472/XII/4ª da iniciativa de Maria de Fátima Marques Carvalho, Solicitam a criação, para os docentes em regime de monodocência que iniciaram funções em 1978/1979 e 1979/1980, de um regime de aposentação igual ao previsto na Lei n.º 77/2009, de 13 de agosto

Apreciada a nota de admissibilidade, a Petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV, cabendo ao PS a indicação do relator.

7. Projeto de Resolução n.º 1280/XII/4 (PSD e CDS/PP) que Recomenda ao Governo a criação de mecanismos que assegurem o pagamento atempado dos contratos para a prestação de serviço público de educação às escolas do ensino particular e cooperativo

A Sra. Deputada Ester Vargas (PSD) apresentou o Projeto de Resolução, a que se seguiram as intervenções das Sras. Deputadas Odete João (PS), Rita Rato (PCP) e Inês Teotónio Pereira (CDS-PP).

A informação e a gravação áudio respeitantes à discussão da iniciativa encontram-se disponíveis no [Projeto de Resolução n.º 1280/XII/4ª](#).

8. Plano de atividades do Grupo de Trabalho da Ciência para a 4ª sessão legislativa

Adiado.

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

10 de março de 2015

A reunião foi encerrada às 11:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de março de 2015

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Elza Pais
Isilda Aguincha
João Prata
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
Ana Sofia Bettencourt
António Cardoso
Artur Rêgo
Diana Ferreira
Inês Teotónio Pereira
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Manuela Tender
Rosa Arezes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês de Medeiros
Luís Fazenda
Maria José Castelo Branco

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Maria da Conceição Caldeira
Michael Seufert
Pedro Delgado Alves